

A persuasão em risco: as divergências de tradução dos aspectos verbais e as diferentes influências sobre o auditório

(The persuasion in risk: the translation divergences of the verbal aspects and
the different influences on the audience)

Moisés Olímpio Ferreira

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP)

moisesolim@usp.br

Abstract: This paper aims at reflecting about the distortions created by translations, observing the influences of the distortions in meaning on the argumentative trilogy: *ethos*, *logos* and *pathos*. The corpus consists of excerpts of biblical epistles, most of them belonging to the Pauline *corpus*. To accomplish this work, we used the concepts of the New Rhetoric, elaborated by Chaïm Perelman and his successors, related to the argumentative strategies that aim at promoting or intensifying the adherence of the audience. As for the notions of Greek, we used the theoretical framework by Murachco, to whom translations should take into account the semantic, logical, organic and functional relations of the language.

Keywords: *argumentation; orator; audience; translation; verbal aspect.*

Resumo: O presente trabalho visa a refletir sobre as distorções ocasionadas por traduções, observando as influências dos desvios de sentido sobre a trilogia argumentativa: *êthos*¹, *lógos* e *páthos*. O *corpus* é composto por excertos de epístolas bíblicas, em grande parte pertencentes ao *corpus paulinum*.

Para a realização deste trabalho, servimo-nos dos conceitos da *Nova Retórica*, elaborados por Chaïm Perelman e seus sucessores, relativos às estratégias argumentativas que procuram promover ou intensificar a adesão do auditório. Quanto às noções da língua grega, utilizamos o arcabouço teórico de Murachco, para quem a tradução deve levar em conta as relações semântica, lógica, orgânica e funcional da língua.

Palavras-chave: *Argumentação; orador; auditório; tradução; aspecto verbal.*

Introdução

Na Antigüidade, a *Retórica* (Retórica I, 1355, b 30-31) foi definida como a arte de procurar, em qualquer situação, os meios de persuasão disponíveis. Era a arte de falar ou de escrever de modo persuasivo, a fim de ganhar ou intensificar a adesão do auditório às teses apresentadas à aquiescência. A Retórica Antiga, constituída pela *inventio*, *dispositio*, *elocutio*, *actio* e, posteriormente, também pela *memoria*, tinha como finalidade essencial a persuasão. Seu material, as questões dialéticas em que se estudavam os raciocínios prováveis, as probabilidades, as crenças, o mundo das opiniões gerais.

¹ Em nossa transcrição, preferimos a forma *êthos* (*caráter, modo de ser*) para diferenciar de *êthos* (*costume, hábito*), *lógos* e *páthos*, o que está de acordo com a acentuação da língua original.

Após Aristóteles, entretanto, várias noções lhe foram atribuídas. Devido às influências do Cartesianismo, do Empirismo e do Romantismo - em que ficou associada aos estudos dos procedimentos de estilo e de suas técnicas -, o âmbito dos valores, do verossímil, do preferível, sofreu total declínio. Assim, durante um longo período, a aplicação da *Retórica* ficou restrita ao plano da expressividade; a sua importância foi reduzida ao estudo da léxis poética e, portanto, permaneceu interligada aos aspectos exclusivamente literários. O abismo estabelecido entre as esferas da ciência - que propôs eliminar toda contribuição individual, subjetiva, social ou histórica - e da opinião fez com que a dimensão retórica ficasse completamente negligenciada, chegando mesmo a ser relacionada a debates insignificantes e a discursos pomposos e mal intencionados.

A reintrodução dos estudos da *Retórica* na modernidade, feita pelos trabalhos de Perelman e de seus sucessores, recupera o conceito aristotélico de raciocínio dialético e propõe novas reflexões sobre o discurso argumentativo. De maneira complementar à Lógica Formal - em que os fenômenos sociais poderiam ser avaliados sob os mesmos parâmetros da matemática-, a *Nova Retórica* apresenta uma lógica dos juízos de valor relativa não ao verdadeiro, mas ao preferível, cujas premissas são constituídas pelas proposições geralmente aceitas e, portanto, pertencentes ao âmbito do verossímil, plausível, mutável, contingente, questionável, isto é, das impressões, aparências e ambigüidades, com o objetivo de convencer e persuadir. Não há interesse nas provas da demonstração lógico-dedutiva, nos métodos rigorosos de conhecimento incontestável da Analítica, nas proposições necessárias, nos raciocínios demonstrativos e impessoais, mas sim, nas provas argumentativas que permitem discernir o melhor ponto de vista. Desse modo, é natural que não haja assentimento pela submissão coercitiva, mas pela decisão e participação.

Como podemos verificar, a *Teoria da Argumentação* fundamenta-se na existência (entre o evidente e o irracional, entre o necessário e o não-necessário) de uma via intermediária que é o caminho do razoável; ela contempla a dimensão pragmática, os efeitos práticos do raciocínio; seu alvo é a constituição de uma "lógica do preferível".

Mas a ação argumentativa não é evidente, não é dada aprioristicamente; ela é resultado, sim, de um conhecimento prévio entre os interlocutores. Como afirmam Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002:16): *...toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual*. Como seu objetivo é causar *uma mudança na cabeça dos ouvintes...* (PERELMAN, 1999:304), obtendo ou aumentando a adesão à tese apresentada, é preciso reconhecer que ela ocorre em função do auditório ao qual o orador deverá conhecer e adequar-se: *...um erro sobre este ponto pode ser fatal para o efeito que ele quer produzir...* (PERELMAN, 1987:237).

Assim, é em relação ao auditório que os discursos deverão ser ajustados, pois *o importante... não é saber o que o próprio orador considera verdadeiro ou probatório, mas qual é o parecer daqueles a quem ela (a argumentação) se dirige (idem, pp. 26-7)*; o êxito depende dessa condição necessária, pois *se quiser agir, o orador é obrigado a adaptar-se a seu auditório...* (*idem*, p. 22). Se se deseja argumentar, é necessário *pensar nos argumentos que podem influenciar seu interlocutor; preocupar-se com ele, interessar-se por seu estado de espírito (idem, p.18)*.

A persuasão, portanto, ocorre somente quando o orador parte daquilo que o auditório já admite, estabelecendo a seguir uma relação entre as crenças (*dóxa*) já existentes e o que se busca fazer admitir (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2002:23). Ao realizar escolhas formais para a expressão escrita, ele procura harmonizar o discurso ao(s) auditório(s) que pretende alcançar, busca adequar-se aos juízos de valores reconhecidos, aos *habitus* admitidos por seu público. Ao apoiar seus argumentos sobre o que está partilhado, ele modela o seu *êthos* de acordo com as representações coletivas preexistentes, e assim, ao mesmo tempo em que constrói o sentido no objeto, neste ele se auto-constitui e é depreendido. Ao comentar as ideias de Perelman, Amossy (2005:124) afirma:

O orador apóia seus argumentos sobre a *doxa* que toma emprestada de seu público do mesmo modo que modela seu *ethos* com as representações coletivas que assumem, aos olhos dos interlocutores, um valor positivo e são suscetíveis de produzir neles a impressão apropriada às circunstâncias.

O orador constrói sua própria imagem em função da imagem que ele faz de seu auditório, isto é, das representações do orador confiável e competente que ele crê ser as do público.

Em mão dupla, enquanto o enunciador cria a imagem de si (*êthos*) e a de seu enunciatário (*páthos*), e faz o sentido vir à existência por meio do discurso (*lógos*), por este, a audiência reconhece o caráter de quem fala (reconstitui linguisticamente a imagem do enunciador) e ao mesmo tempo (re)constrói o sentido, avaliando-os, atribuindo-lhes graus de identificação, aceitando ou não a sua legitimidade. Enquanto, por um lado, a intenção do orador nesse processo de criação discursiva de si e do outro é obter autoridade e garantir o sucesso do empreendimento oratório, determinando comportamentos e opiniões, por outro lado, o auditório é co-produtor do discurso, é sujeito co-enunciador cuja imagem estabelece coerções, é ser agente diante do *eu* que fala.

Mas quem é o auditório? Quem possui esse *status*? A *Nova Retórica*, por se interessar pelos discursos dirigidos a todas as espécies de auditórios (uma turba reunida, uma reunião de especialistas, um único interlocutor, toda a humanidade ou mesmo uma deliberação íntima), o define como o conjunto daqueles que o orador quer influenciar pela sua argumentação, pelos raciocínios dialéticos ou prováveis.

Entretanto, essa audiência não é de simples delimitação. Não é fácil tarefa determiná-la de modo absoluto. A natureza de sua composição é heterogênea. Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002:25) asseveram: *mesmo quando o orador está diante de um número limitado de ouvintes, até mesmo de um ouvinte único, é possível que ele hesite em reconhecer os argumentos que parecerão mais convincentes ao seu auditório; insere-o então, ficticiamente por assim dizer, numa série de auditórios diferentes (idem, p. 25)*. Essa dificuldade intensifica-se ainda mais quando se quer fixar limites à audiência de um escritor, pois *na maioria dos casos, os leitores não podem ser determinados com exatidão (idem, p. 22)*.

Tendo ultrapassado em muito o auditório inicialmente pretendido pelo enunciador - pois atingiu (e atinge) leitores bem além dos originalmente esperados, pertencentes a muitos grupos diferentes e de componentes heterogêneos -, das epístolas bíblicas podemos afirmar que é impossível precisar a extensão do auditório. O que sabemos é que pela expansão evangelística primitiva, pela adoção do Cristianismo como religião oficial do

Império Romano e pelo poder coercivo da Igreja Católica, a mensagem cristã passou a ter influência inclusive sobre pessoas que não conheciam a língua em que os textos foram escritos. Somente após a invenção da imprensa e a Reforma Protestante é que começou a surgir um maior número de traduções na *língua do leitor* que, supostamente deveriam comunicar completa e fielmente a mensagem original, o que na prática foi e é tarefa impossível de ser cumprida.

Se considerarmos, também, que o orador - em sua concentrada atividade persuasiva com o fim de apresentar a sua opinião como a mais provável - levou em conta senão a *dóxa* (com todos os juízos sociais, crenças e valores reconhecidos) e as competências (comunicativa, lingüística, metalingüística) de sua audiência original, os leitores posteriores - pelos abismos temporal, geográfico, lingüístico, filosófico, religioso, histórico etc. da situação enunciativa - serão atraídos não estritamente pela legitimidade que atribuírem à representação *ética* do enunciador e ao seu *lógos*, mas também pela aceitação, como sua, da imagem discursiva das virtudes e dos vícios do auditório original, já reconstruídos uma primeira vez pela tradução. Nessa situação de assimilação imagética, o auditório predispõe-se a crer, torna-se conivente e, convencendo-se a si mesmo, é co-agente de sua persuasão. O grau da adesão dependerá, entretanto, da intensidade da *comunidade efetiva dos espíritos* (PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 2002). Quanto maior for a identificação com as imagens e com a “verdade” discursivas primitivas, maior será o assentimento das novas audiências.

Mas interpretações muito equivocadas podem ocorrer quando as traduções não são capazes de preservar, com certo grau de exatidão, o sentido original. Considerando que o assentimento à palavra naturalmente produzirá reações, julgamentos, crenças e condutas correspondentes, é incontestável a importância de uma tradução que seja *a mais próxima possível* do sentido primitivo, embora sejamos forçados a admitir que - pela opacidade inerente da língua e pelas condições singulares e irreproduzíveis da enunciação - um sentido único e inquestionável dificilmente tenha existido. É certo, porém, que se houver obscurecimento, distorção ou ininteligibilidade de qualquer uma das representações (do *êthos* e do *páthos*) ou do *lógos*, forçosamente haverá efeitos colaterais inapropriados ou mesmo aversos sobre os auditórios. E se ainda, nessas condições, a persuasão ocorrer, os resultados poderão ser inadequados em razão dos desvirtuamentos.

Análise do corpus

Para exemplificação, selecionamos neste trabalho apenas a categoria aspectual dos verbos da língua grega e suas respectivas traduções. Segundo Murachco, o aspecto é o tempo interno do processo verbal, o grau de desenvolvimento da ação. Enquanto o *tempo externo* refere-se à localização temporal (presente, passado, futuro) do ato verbal em relação ao momento em que o falante produz o seu enunciado, o *tempo interno* determina se a ação está em desenvolvimento, se apenas está sendo mencionada (pontual), ou se está terminada. Na língua grega, os aspectos verbais são três: *aoristo* (ação pura, sem determinação quanto à duração ou acabamento do processo verbal), *inflectum* (ação inacabada, contínua, progressiva, em desenvolvimento) e *perfectum* (ação concluída,

acabada). Enquanto a categoria *tempo* é marcada externamente por meio da flexão verbal, a categoria *aspecto*, por sua vez, o faz através dos próprios temas. Tomemos o tema puro -σχ- e observemos as suas derivações:

Aoristo:

αὐτοὶ γὰρ περὶ ἡμῶν ἀπαγγέλλουσιν ὁποῖαν εἴσοδον ἔσχομεν πρὸς ὑμᾶς... (1 Tessalonicenses 1.9).

eles pois, a respeito de nós, proclamam qual entrada **tivemos** em relação a vós...

Infectum:

ἐν ᾧ ἔχομεν τὴν ἀπολύτρωσιν διὰ τοῦ αἵματος αὐτοῦ, τὴν ἄφεσιν τῶν παραπτωμάτων, κατὰ τὸ πλοῦτος τῆς χάριτος αὐτοῦ (Efésios 1.7).

em quem **temos** o pagamento do resgate através do seu sangue, a quitação de dívida, segundo a riqueza da sua graça.

Perfectum

δι' οὗ καὶ τὴν προσαγωγὴν ἐσχίκαμεν [τῇ πίστει] εἰς τὴν χάριν ταύτην ἐν ἣ ἐστήκαμεν... (Romanos 5.2).

através de quem também **tivemos (e temos)** o acesso pela fé a essa graça na qual estamos em pé... – os grifos são nossos.

Eliminado-se os aumentos (marcas do passado prefixadas) e as desinências, são os temas σχ-, εχ- e σχηκα- que diferenciam os aspectos.

O que interessa, entretanto, é que esse exemplo pode ser, já de início, material para a presente discussão, pois é perceptível a convergência formal, em português, entre o aoristo e o *perfectum*: **tivemos**. Embora ambos tenham sido traduzidos com a mesma forma, tanto as formas quanto os sentidos são distintos.

No aoristo, ἔσχομεν (1 Tessalonicenses 1.9) não indica ação acabada, como se poderia pensar. A própria nomenclatura da Língua Portuguesa facilita esse engano ao desconsiderar a simples referência ao ato verbal (a menção da ação pura, não delimitada, não qualificada), pois a inclui no *Preterito Perfeito*. O tempo externo de **tivemos** no aoristo não pode ser entendido como absoluto, pois apenas marca a localização temporal do acontecimento no quadro narrativo: seu tempo é relativo a esse quadro, é passado em relação ao *agora* da enunciação. Mesmo que faça referência a ação passada, que lembre um ato enquadrado na narração, o verbo grego não traz sobre si a categoria *tempo*: é apenas pontual. Esse aspecto porta a ideia de ação como um evento, não havendo ênfase alguma sobre sua continuidade ou completude no tempo.

No *perfectum*, ἐσχίκαμεν (Romanos 5.2) exprime a noção de ação completa: é o término da ação verbal e, portanto, tem ideia de resultado. Enquanto o *infectum* indica ação em processamento, ainda não concluída, em movimento (no passado ou no presente); e o *aoristo*, a ação verbal pura, simples (no passado narrativo ou no presente gnômico); o *perfectum* indica o ato verbal concluído no passado que permanece em estado completo no presente. A tradução mais próxima possível do original para o versículo é: *através de quem também completamos (está completo) o ato de ter o acesso pela fé a essa graça na qual estamos em pé...*, em que o ato anteriormente encerrado estende os seus resultados até o

momento da enunciação. A ação chegou à condição de estado, sem movimento: **tivemos e estamos na condição de ter**. A ARA (Edição Almeida Revista e Atualizada) não soube preservar essa ideia: *por intermédio de quem obtivemos igualmente acesso, pela fé, a esta graça na qual estamos firmes...* pois, por um lado, reduziu o foco ao momento passado em que o ato se completou e, por outro, confundiu-se com a ideia aorista.

A ACF (Edição Almeida Corrigida Fiel) e a ARC (Edição Almeida Revista e Corrigida) traduziram o *perfectum* no presente do indicativo: **temos**. E mesmo que se alegue que a ênfase está posta sobre a noção resultativa no presente, há nítido conflito com a ideia do *infectum* (ἔχομεν - ato contínuo: **temos > estamos no ato de ter**), em que o processo ainda encontra-se em atividade, sem a estabilidade proporcionada pela condição de estado.

Essas distorções provocam reações diversas nos auditórios. Enquanto uns equivocadamente poderão entender **tivemos** (de ἔχομεν) como ato em estado, outros entenderão **(ob)tivemos/temos** (de ἐσχέκαμεν) ou como mera menção de um fato pontual trazido à memória (aoristo), ou como ação em continuidade (*infectum*). Assim, na tradução, o *páthos* que é comovido, seduzido, convencido por meio do *lógos*, isto é, por argumentos fundados na razão e apoiados nas paixões do auditório, fica sujeito a uma adesão não pretendida pelo *êthos*.

Exemplos de maior importância poderão ser arrolados. Com as longas e intermináveis discussões, as ações atribuídas a Deus no que diz respeito a *escolher/eleger* foram e continuam a ser responsáveis por conflitos e divisões na igreja cristã. Diversa literatura foi (e tem sido) produzida a esse respeito sem o respaldo do conhecimento da língua grega, apoiada em traduções que, não poucas vezes, estão ou equivocadas ou mal elaboradas.

Em *Eféios 2.5*, o apóstolo Paulo assevera: χάριτί ἐστε σεσωσμένοι que a ARA, ARC e ACF traduzem: *pela graça sois salvos*. Entretanto, o verbo σεσωσμένοι é uma forma nominal, um verbo-adjetivo, um particípio (no nominativo, masculino, plural) cujo aspecto *perfectum* foi totalmente desconsiderado pelas traduções. O verbo ἐστε vinculado à forma nominal revela o estado em que o grupo de “vós” encontrava-se no momento da enunciação.

O verbo-adjetivo σεσωσμένοι porta a noção de *ato acabado*, de *resultado*, de *permanência* no estado e, por isso, de *presente*. Cabe ressaltar que não se trata de tempo absoluto, mas apenas de aspecto; ele exprime a noção do ato verbal que *foi e que continua terminado*. O sentido literal do excerto é: *por meio da graça estais no estado de terdes sido salvos/ estais no estado de ter sido completado o ato de serdes salvos*. A tradução *sois salvos* remete o sentido para o inacabamento, para o *infectum*.

Outro exemplo interessante. Transformada em dogma, a escolha predestinadora divina suscitou oposição desde os tempos agostinianos; foi e continua sendo produtora de constantes desentendimentos entre variados grupos de teólogos. Com nuances históricas significativas, as posições de Pelágio e de Armínio, têm estado em contraposição às ideias do bispo de Hipona e de Calvino até os nossos dias. Cabe ressaltar, também, que Justino, Ireneu, Atenágoras, Clemente, Tertuliano, Orígenes, Metódio, Cirilo, Gregório, Jerônimo,

Crisóstomo, Anselmo, Tomás de Aquino e o próprio jovem Agostinho, de alguma maneira afirmaram que Deus, a fim de salvar qualquer ser humano, não lhe viola a livre escolha. Atualmente, o próprio calvinismo encontra-se dividido entre extremados e moderados, e essa divisão está fundamentada sobre a mesma questão. À luz da língua original, examinemos o texto de *Efésios* 1.4:

καθὼς **ἐξελέξατο** ἡμᾶς ἐν αὐτῷ πρὸ καταβολῆς κόσμου εἶναι ἡμᾶς ἁγίους καὶ ἀμώμους κατενώπιον αὐτοῦ ἐν ἀγάπῃ...

como **elegeu-nos para si** nele antes da fundação do mundo para sermos, nós, santos e sem censura à vista dele em amor.... – os grifos são nossos.

O indicativo aoristo **ἐξελέξατο**, embora tenha sido formado com a marca de passado ε-, não possui tempo absoluto, mas somente aquele que é externo-relativo já que apenas faz menção de fato passado: é a mera afirmação da ação pontual de *eleger*. Assim o verbo menciona o ato em si e aponta a localização temporal do acontecimento no quadro narrativo. Nesse mesmo modo de enunciar, Paulo escreve: **ἐκάλεσεν** ἡμᾶς οὐ μόνον ἐξ Ἰουδαίων ἀλλὰ καὶ ἐξ ἔθνῶν... **chamou-nos não só dentre os judeus mas também dentre os gentios...** (*Romanos* 9.24).

Ainda em *Romanos* 8.29 e 30, temos uma lista de ações trazidas por meio do aoristo, sem qualquer noção de completude:

ὅτι οὐς **προέγνω**, καὶ **προώρισεν** συμμόρφους τῆς εἰκόνης τοῦ υἱοῦ αὐτοῦ, εἰς τὸ εἶναι αὐτὸν πρωτότοκον ἐν πολλοῖς ἀδελφοῖς· οὐς δὲ **προώρισεν**, τούτους καὶ **ἐκάλεσεν**· καὶ οὐς **ἐκάλεσεν**, τούτους καὶ **ἐδικαίωσεν**· οὐς δὲ **ἐδικαίωσεν**, τούτους καὶ **ἐδόξασεν**.

porque quanto aos que (Deus) antes **conheceu**, também **separou previamente** para as conformações da imagem do seu filho, com a intenção de ser, ele, o primogênito entre muitos irmãos; os que **separou previamente**, estes também **chamou**; e os que **chamou**, estes também **justificou**; e os que **justificou**, estes também **glorificou** – os grifos são nossos.

Embora **ἐξελέξατο**, **ἐκάλεσεν**, **προέγνω**, **προώρισεν**, **ἐδικαίωσεν**, **ἐδόξασεν** sejam verbos que evidenciem proposições enunciativas que fazem simples alusão a fatos passados, que sejam ações pontuais e isoladas, sem qualquer noção de acabamento, grande número de leitores da Bíblia equivoca-se ao interpretá-los como ações acabadas, como estados permanentes, em razão da confusão semântica - provocada pelas traduções – entre o aoristo e o *perfectum*. A persuasão realizada nessas circunstâncias conduz o auditório a reações exclusivistas, chegando mesmo à *preterição* proposta por Agostinho e assumida por Calvino e por seus sucessores:

Como o Supremo Bem, ele fez bom uso das ações más, para a condenação daqueles a quem ele tinha com justiça predestinado à punição e para a salvação daqueles que ele tinha misericordiosamente predestinado à graça (*Enchiridion*, 1961:100).

Já, porém, que o pacto de vida não é pregado entre todos os homens igualmente e entre aqueles a quem é pregado não acha a mesma receptividade, ou qualitativa, ou continuamente, nessa diversidade se manifesta a admirável profundidade do juízo divino. Pois, nem padece dúvida de que esta variedade sirva também ao arbítrio da eterna eleição

de Deus. Pois que, se é notório que pelo nuto de Deus acontece que salvação se ofereça graciosamente a uns, outros de seu acesso sejam contidos... (*Institutas*, 1989: III, 21,1).

Finalmente, consideremos o texto de *1João* 5.18:

Οἶδαμεν ὅτι πᾶς ὁ **γεγεννημένος** ἐκ τοῦ θεοῦ οὐχ **ἁμαρτάνει**, ἀλλ' ὁ **γεννηθεὶς** ἐκ τοῦ θεοῦ **τηρεῖ** αὐτόν² καὶ ὁ **πονηρὸς** οὐχ **ἄπτειται** αὐτοῦ.

Temos conhecido que todo o que está na condição de ter nascido da parte de Deus não tem o hábito de cometer erros, pelo contrário, o que nasceu da parte de Deus tem o hábito de guardar a si mesmo e o malvado não o fica tocando.

Nesse versículo, encontramos verbos nos três aspectos da língua grega. No *infectum*, temos (οὐχ) **ἁμαρτάνει**, **τηρεῖ** e (οὐχ) **ἄπτειται** que focalizam as ações contínuas ou iterativas: “(não) tem o hábito de errar/(não) fica errando”, “tem o hábito de guardar/está guardando” e “(não) tem o hábito de tocar/ (não) fica tocando/ (não) está tocando”.

No *perfectum*, temos: **οἶδαμεν** e **γεγεννημένος** que focalizam as ações concluídas. O primeiro, no indicativo, o seu sentido é o de “completamos o ato de saber/ temos sabido”; o segundo, no particípio substantivado, é: “aquele que está na condição em que foi completado o ato de ter sido gerado”.

No aoristo, o particípio **γεννηθεὶς** é a simples menção do ato que foi realizado no passado: “o que nasceu”, pontualmente referenciado.

As traduções existentes apresentam os verbos da seguinte maneira:

- (1) ACF: *Sabemos, aquele que é nascido, não peca, o que é gerado, conserva-se, não toca.*
- (2) ARA: *Sabemos, aquele que é nascido, não vive em pecado, aquele que nasceu, guarda-o, não toca.*
- (3) ARC: *Sabemos, aquele que é nascido, não peca, o que é gerado, conserva-se, não toca.*

Analisemos especificamente cada situação:

Para *sabemos*, a forma *temos conhecido* de nossa tradução enfatiza melhor a ideia de algo que foi e que continua conhecido.

A opção por *o que está na condição de ter nascido* é melhor do que *aquele que é nascido*, pois evita qualquer ideia imperfectiva que dessa expressão pode surgir.

As traduções (1) e (3) estão inapropriadas porque ao transformarem o *infectum* **ἁμαρτάνει** em aoristo gnômico – que expressa verdades gerais, atemporais, como ocorre nos provérbios e nas máximas – impõem a condição omnitemporal ao ato, ou ainda como *perfectum*, fixam a noção de que a *negação do ato de pecar chegou à sua completude > não peca* (mais). Ambas inspiram exegeses falaciosas. Isso justifica a nossa tradução *não tem o hábito de cometer erros*, como ocorreu em (2).

² Consideramos αὐτόν como um erro de copista, pois nessa forma não tem referente no contexto. A forma correta é αὐτόν, reflexivo.

As formas “o que é gerado, aquele que nasceu, o que nasceu” bem traduzem o particípio substantivado ὁ γεννηθείς.

Em “conserva” (1)/(3) e “guarda” (2): enquanto o *inflectum* enfatiza a iteratividade: *tem o hábito de guardar/conservar*, as formas como estão podem sugerir a ideia gnômica. Esse mesmo problema encontramos em *não toca*.

O que percebemos por esses poucos exemplos é que, no que tange à tradução dos aspectos verbais da língua grega, o *lógos*, cuja intenção é atingir a audiência racional e passionalmente, sofre uma significativa distorção. As consequências disso sobre o *páthos* não são poucas. As divergências produzem imagens (orador/auditório; auditório/orador) com identidades falseadas que estimulam crenças e, portanto, comportamentos a serem adotados por todos os fiéis. Nessas condições, como o auditório posterior tanto assume aquela representação do auditório primitivo reconstruída, quanto admite a imagem remodelada do orador - ambas desconfiguradas pela tradução -, a formação de novos juízos e valores é inevitável.

Considerações finais

Para Aristóteles (Retórica I,1356^ass.), as provas de persuasão fornecidas pelo discurso são de três espécies: umas residem *no caráter moral de quem fala* (ἐν τῷ ἦθει τοῦ λέγοντος), outras, *no modo como se dispõe o ouvinte* (ἐν τῷ τὸν ἀκροατὴν διαθεῖναι πως) e outras, *no próprio discurso* (ἐν αὐτῷ τῷ λόγῳ), pelo que este mostra ou parece mostrar.

A argumentação se dá pelo *êthos quando o discurso é dito de tal maneira a construir o orador de modo confiável* (ὅταν οὕτω λεχθῆ ὁ λόγος ὥστε ἀξιόπιστον ποιῆσαι τὸν λέγοντα). Isso ocorre por meio do *lógos* (συμβαίνειν διὰ τοῦ λόγου) e não por meio de alguma opinião prévia. Indo mais além em relação à importância do *êthos discursivo*, o estagirita chega a afirmar que *é quase como dizer que o caráter porta a principal prova* (σχεδόν ὡς εἶπεν κυριωτάτην ἔχει πίστιν τὸ ἦθος).

Cabe lembrar, entretanto, que o *êthos pré-discursivo* não pode ser desprezado, pois não poucas vezes o apóstolo Paulo dependeu do prévio reconhecimento da sua autoridade apostólica, a fim de que o seu *status* como membro dos exegetas confiáveis do *Antigo Testamento* fosse aceito por sua audiência (Cf. STANLEY, 2004). Nesse caso, como afirma Haddad (2005:163): *É, pois, a partir da imagem que o público já fez de sua pessoa que o locutor elabora em seu discurso a imagem que deseja transmitir*.

A segunda espécie arrolada por Aristóteles está relacionada à disposição dos ouvintes, às paixões que eles são levados a sentir. Para Aristóteles, a persuasão ocorre *por meio dos ouvintes, quando à paixão, sob o efeito do discurso, eles forem levados; pois não de modo semelhante atribuímos juízos ao sentirmos tristeza e alegria, ou amor e ódio* (διὰ δὲ τῶν ἀκροατῶν, ὅταν εἰς πάθος ὑπὸ τοῦ λόγου προαχθῶσιν· οὐ γὰρ ὁμοίως ἀποδίδομεν τὰς κρίσεις λυπούμενοι καὶ χαίροντες ἢ φιλοῦντες καὶ μισοῦντες).

Persuade-se os ouvintes pelo *lógos* quando *por meio do discurso eles crêem, quando mostramos o que é verdadeiro ou o que parece [verdadeiro] a partir das coisas que*

persuadem em relação a cada caso (διὰ δὲ τοῦ λόγου πιστεύουσιν ὅταν ἀληθὲς ἢ φαινόμενον δείξωμεν ἐκ τῶν περὶ ἕκαστα πιθανῶν).

Contudo, tanto as representações *ética* e *pathêmica*, quanto o *lógos* construídos pelo enunciador - tão caros à Retórica Antiga e à Nova Retórica - são passíveis de distorções significativas quando expostos aos mecanismos traducionais. As inúmeras ocorrências dessa natureza ultrapassam os limites do presente trabalho, mas os exemplos que trouxemos já são capazes de chamar a atenção para os desvios existentes e para os riscos que a persuasão originalmente intencionada tem sofrido ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO. **Enchiridion Theologicum**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1961.

AMOSSY, Ruth. *O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos*. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso** - a construção do ethos. Tradução de Dílson Ferreira da Cruz *et alii*. São Paulo: Contexto, 2005.

ARISTOTLE. **Art of Rhetoric**. English Translation by John Henry Freese. London: Harvard University Press, 2000.

Bíblia Sagrada, Edição Almeida Revista e Atualizada (ARA), trad. João Ferreira de Almeida, São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil (SBB), 1993.

Bíblia Sagrada, Edição Almeida Revista e Corrigida (ARC), trad. João Ferreira de Almeida, São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil (SBB), 1995.

Bíblia Sagrada, Edição Almeida Corrigida Fiel (ACF), trad. João Ferreira de Almeida, São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil (SBB), 1995.

CALVINO, João. **As Institutas**: ou tratado da religião cristã. Tradução de Waldyr C. Luz. São Paulo, Casa Publicadora Presbiteriana – Luz para o Caminho, 1989.

DISCINI, Norma. **Comunicação nos textos**. São Paulo: Contexto, 2005.

HADDAD, Galit. *Ethos prévio e ethos discursivo: o exemplo de Romain Rolland*. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso** - a construção do ethos. Tradução de Dílson Ferreira da Cruz *et alii*. São Paulo: Contexto, 2005.

MOSCA, Lineide L.S. **Retóricas de ontem e de hoje**. 3ª. edição. São Paulo: Humanitas, 2004.

_____. **Discurso, argumentação e produção de sentido**. São Paulo: Humanitas, 2006.

_____. **O espaço tensivo da controvérsia: uma abordagem discursivo-argumentativa**. Revista Filologia e Linguística Portuguesa, São Paulo: Humanitas, 2008, vol. 9.

MURACHCO, Henrique Graciano. **Língua Grega**. Visão Semântica, Lógica, Orgânica e Funcional. 2ª. edição, vol. 1 e 2. Petrópolis, Editora Vozes/ Discurso Editorial, 2003.

PERELMAN, Chaim & TYTECA-OLBRECHTS, Lucie. **Tratado da Argumentação**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PERELMAN, Chaïm. **Argumentação**. In Enciclopédia Einaudi, v. 11, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987.

_____. **Império retórico**: retórica e comunicação. Portugal: ASA, 1993.

_____. **Retóricas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

STANLEY, Christopher D. **Arguing with Scripture**. The Rhetoric of quotations in the letters of Paul. New York: T&T Clark Internacional, 2004.

